

UFBA - 75 anos



Por **JOÃO CARLOS SALLES***

Conferência de abertura do 7º. Congresso da Universidade Federal da Bahia

1.

A Universidade Federal da Bahia tem história e não apenas duração. É nossa sorte existirmos antes mesmo de termos nascido e sobretudo nos medirmos pelo que ainda não somos (pesquisas por fazer, aulas não dadas, alunos que ainda acolheremos), nunca deixando de viver as turbulências de cada tempo e sempre determinados pela promessa essencial de conhecimento e liberdade. Cada momento de nossa história nos trouxe um desafio todo seu, em relação ao qual nossa comunidade procurou estar à altura dos valores mais elevados da formação acadêmica, no labor diuturno por produzir ciência, cultura e arte.

Forjamos nosso caminho por meio de uma tradição, sem que isso signifique inércia ou simples reiteração. Pode significar sim que a tradição, em uma instituição como a nossa, que deve exercer sua autonomia e, a cada instante, justificar seu direito à existência, nunca é um mero dado, nem deve ser um grilhão. Ao contrário, a tradição da Universidade Federal da Bahia é tão somente isso que nós, como uma voz coletiva, reinventamos a cada dia, para realizar uma promessa que se desvela para além dos fatos e para fazer valer os sonhos e o brilho de nossa gente.

A UFBA não é um mesmo; seu ser é movimento, e seu tempo é sempre um outro tempo, de vida e transformação. Nosso passado relampeja então como desafio. E faz parte desse desafio o fardo de um duplo déficit de representação e representatividade – déficit que, caso não superado, pode apartar nossa instituição quer dos valores e práticas da comunidade científica internacional, quer do talento e da presença de nosso povo, com sua força e diversidade. A tradição não nos agrilhoa, mas antes nos desafia a superá-la, pois temos o dever de arrancar de nosso passado e de nosso convívio as marcas de exclusão, atraso e preconceito, tão fortes em nossa sociedade.

2.

Temos o dever da crítica, ao tempo que respondemos pelo melhor de nossa tradição. E esse dever é imperativo. Devemos assim fazer o elogio de nossa instituição, lançando-lhe sim um olhar benfazejo e justo, capaz de lhe avivar os mais elevados valores, mas nunca devemos nos limitar à mera apologia, que costuma substituir a reflexão pela retórica e, em favor da propaganda, anula o pensamento, como se a instituição devesse consentir com todo desmando simplesmente para proteger interesses e não princípios. Em tempos como os atuais, sem o exercício da crítica, correríamos o risco de favorecer até o absurdo de termos hoje um governo que não é apenas medíocre, mas sim perigoso. Um governo que se coloca como algoz das instituições e de políticas públicas que deveria proteger, sendo hoje exemplo claro de obscurantismo e autoritarismo.

É nosso dever, portanto, como servidores públicos, como servidores de um projeto que tem história e que só se realiza na longa duração, mostrar nossa estranheza e mesmo nosso repúdio a tudo que conspira contra um solo democrático, a tudo que agride o saber e a vida, a natureza e a cultura. Cumprimos assim tão somente nosso dever, quando denunciemos quem ataca a ciência, coloca em risco a sobrevivência de comunidades, compromete a avaliação da pesquisa, o financiamento da

ciência e da cultura e, ademais, conspurca deveres cívicos de cordialidade, lhaneza, compostura.

Em especial, nossa identidade e nossa autonomia se veem hoje atacadas. E são atacadas tanto na forma mais insidiosa da supressão de recursos, quanto na forma mais torpe do ataque a nossas comunidades universitárias, tratadas como se foram ineptas nas sucessivas agressões ao exercício de sua autonomia. Nesse cenário, muitos colegas, com preocupações legítimas e dedicação autêntica à universidade, acreditam no diálogo e persistem em conseguir resultados, mas como se estivéssemos apenas diante de governantes incapazes de lidar bem com uma crise.

O diálogo é certamente um valor e uma obrigação. Nunca renunciaremos a esse dever. Infelizmente, porém, a realidade se mostra cada vez mais dura. A crise não é um acidente, ela se configura hoje como um projeto. Não mais podemos desconhecer um projeto explícito de desmonte de nossas instituições e de políticas públicas voltadas ao bem comum. Governantes sequer escondem seu desdém pela ciência, seu desprezo pela cultura, chegando ao cúmulo de, sem qualquer pudor, mostrarem preferir as armas aos livros. E, aliás, quando parecem valorizar o domínio de algum conhecimento, indicam a mais pura ignorância do que sejam universidades, uma vez que lançam perguntas (por exemplo, quanto é 7×8 , qual a raiz quadrada de 4 ou a molécula da água) que estão aquém até mesmo do nível do ensino médio.

Em tal cenário, alguns podem se iludir. Não o farão, porém, por falta de sinais. Temos a obrigação da civilidade, sem dúvida. Contudo, não podemos desconhecer que estamos em um limite, porquanto confrontados por governantes que não perdem a ocasião para destilar ódio nas redes sociais e comprometer a higidez do espaço público, que enunciam seu escárnio com toda franqueza e não temem comprometer conquistas de décadas, como fazem agora com os processos de avaliação da pós-graduação pela CAPES ou como têm feito mediante a desconstrução progressiva da infraestrutura de pesquisa em nossas universidades.

Atitudes assim terminam por deixar o país em frangalhos, ao tempo que criam uma cultura de desprezo ou de indiferença em relação à educação. Em ambiente deformado pelo obscurantismo, torna-se uma simples e corriqueira operação contábil a prática de sucessivos cortes no orçamento, como o que ora sofremos, feito sem pudor pelo relator setorial da Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2022, que acaba de retirar da proposta 300 milhões antes destinados para o ensino superior. Isso equivale a um corte no orçamento discricionário das universidades, para um ano no qual, ao contrário, elas precisarão de muito mais para fazer frente ao desafio de retorno às atividades presenciais.

No caso da UFBA, estão sendo cortados 8,6 milhões – desses, 2,2 milhões da assistência estudantil. Ou seja, 5,12% de nosso orçamento para 2022. O senhor relator pode enunciar argumentos especiosos para justificar tal corte. Entretanto, por esse gesto, torna-se apenas um cúmplice e um serviçal do atual desmonte. Coloca-se, em posição de honra, entre os que, em momento de crise, deixam de optar pela educação, ignorando as lições de nações que afastaram as crises mais graves investindo na formação de seu povo.

Com efeito, nunca enfrentamos crise tamanha. Ao pandemônio da política(rudeza, incivilidade, retrocesso retrógrado e autoritário) veio juntar-se a pandemia, que agravou a vulnerabilidade dos mais vulneráveis e hoje já nos lega a cifra aterradora de mais de 616 mil mortes. Vivemos tempos sombrios, o tempo do cólera, do vírus ora espalhado, que só torna ainda mais incerto o enfrentamento da cólera, do fel ora derramado em nossa vida pública.

3.

Nada há, porém, de nos tirar a alegria de celebrarmos juntos os 75 anos da Universidade Federal da Bahia. Cada reitorado tem sua marca, sua força e sua fragilidade. E a história de cada reitorado deve ser bem refletida e sempre bem contada. Neste momento, porém, em que encerramos um verdadeiro ato público nacional, dando início ao Congresso da UFBA, não poderíamos recuperar o histórico inteiro de 75 anos. Certamente os grandes feitos anteriores, que são imensos, podem e devem ser anotados. E é nossa tarefa lhes guardar a memória, louvando os grandes gestos de nossos antecessores. Que se sintam todos aqui saudados e honrados!

Todavia, tendo em conta a limitação da fala, concedam-nos agora a menção mais direta aos nossos sete anos e meio de gestão, pois temos ademais o dever de um pequeno balanço, mesmo que em rápidas pinceladas, algo impressionistas. Trata-se de um reitorado que não encontrou um dia de trégua, seja isso dito tanto para o criticar quanto também a seu

a terra é redonda

favor. Em particular, em um cenário inaudito de defasagem orçamentária e agora de sucessivos cortes no orçamento, em ambiente jamais visto de ataque à imagem da instituição, de suas categorias, de sua vida, de seus gestores, não pudemos caracterizar nossa gestão pelos resultados que poderiam advir de recursos fartos ou mesmo suficientes, nem pudemos marcá-lo, como gostaríamos, com a afirmação plena de nossos melhores projetos.

Se nos retiraram, porém, a chance de fazer, por esse viés, um grande reitorado, nos deram a oportunidade, a dura ocasião, de fazer algo ainda mais decisivo e deveras bem mais difícil. Fizemos, quero crer, um reitorado necessário. Por isso mesmo, foi preciso guardar de nossa universidade os seus traços essenciais. Guardamos então coletivamente nossos princípios. Ou seja, soubemos manter a unidade de nossa comunidade, defender nossa autonomia e nossos valores, com a devida altivez e serenidade. No essencial, podemos dizer, não fugimos à luta, mas também avançamos em gestos e mesmo, surpreendentemente, em realizações.

Um balanço detalhado da gestão será feito no lugar apropriado, mas podemos fazer aqui sim um balanço de nossa resistência. Completamos mais da metade das obras antes inacabadas e, mesmo com profundos cortes, lutamos para a manutenção do essencial à vida universitária. Grande a dor e o sacrifício a que temos sido submetidos, é bem verdade. Não obstante tudo isso, criamos três novas unidades universitárias (o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação, que um dia estará instalado no campus Carlos Marighella em Camaçari, o Instituto Multidisciplinar de Reabilitação em Saúde e o Instituto de Computação).

Mantivemos nossa qualidade na avaliação mais severa da CAPES e do INEP; inovamos com o Edital de Professor Visitante, tivemos sucesso com nosso Capes Print, em nossa comunicação com o Edgard Digital, com nossa Edufba (que mantém a impressionante marca de mais de cem livros por ano), em nossas resoluções (com o Propap e o Propev, por exemplo), em nosso acolhimento (com a implantação da Ouvidoria e o aprofundamento de ações afirmativas), em nossa compreensão da universidade (com o Ufba em números e outros instrumentos), em nossa relação com os movimentos sociais. Com grande responsabilidade, suspendemos atividades presenciais em março de 2020; com semelhante responsabilidade, decidimos retomar atividades presenciais.

E tudo isso só foi possível por a gestão coincidir hoje com a vitalidade institucional de nossos conselhos e contar com a sintonia de nossas unidades universitárias. Assim, nesses sete anos e meio, acolhemos o Fórum Social Mundial e a Bienal de Cultura da UNE, realizamos o Seminário Crise e Democracia, o ciclo Mutações e nossos diversos atos em defesa da educação pública, como o ato Educação contra a barbárie (que replicamos agora), as duas edições do UFBA Cultural, além dos vários e vários eventos de entidades científicas e culturais. E, hoje, com números impressionantes, fazemos nosso sétimo Congresso da UFBA.

Reagimos também a múltiplas ameaças. Rejeitamos o “Future-se” em nossas congregações e em nosso Conselho Universitário, assim como rejeitamos agora o “Reuni Digital”. Combatemos cortes e contingenciamentos. Combatemos, em suma, o bom combate. Enfrentamos, juntos e unidos, a rudeza de gestores e sua aparente polidez, que pode tornar-se ainda mais devastadora e destrutiva. E o fazemos e faremos sempre pela simples razão de ser esse nosso dever, por termos a obrigação de não deixar que o deserto cresça dentro de nós, nem que, por qualquer aparente razão ou eventual pragmatismo, possamos ser servos ou cúmplices do absurdo.

Cada reitorado deixa um legado, que expressa sua comunidade e o seu tempo. Este será talvez o nosso – o de termos procurado, afinal, melhorar a qualidade dos consensos e das divergências, sabendo que cabe ao bom gestor procurar equilibrar interesses, se legítimos, e defender interesses, se institucionais, sem esquecer jamais nossos valores e princípios. Por conta talvez de gestos assim e mesmo da natureza da universidade pública, acusaram-nos de balbúrdia, como devem lembrar – e celebramos então nossa balbúrdia (a UFBA e as demais universidades) em laboratórios, em salas de aula, no chão da universidade, nas ruas e mesmo nas nuvens; mostramos a força da universidade na qualidade de nosso ensino, pesquisa e extensão, na defesa da autonomia cuja legitimidade deles decorre, no sentido profundo de nossas ações afirmativas e no acolhimento da assistência estudantil, lutando dia a dia para superar o duplo déficit de representação e representatividade, com mais saber e mais democracia. Em nossa política e em nossos gestos, mostramos então, aos quatro ventos, a nossa verdade de que podemos sim ser o lugar da balbúrdia porque nunca seremos o lugar da barbárie.

Viva a Universidade Federal da Bahia!

Viva a universidade pública!

a terra é redonda

***João Carlos Salles** é reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ex-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

A Terra é Redonda